

# Sobre a origem e a tradição do *Feindbild*<sup>1</sup> Islão<sup>2</sup>

WOLFGANG BENZ \*

O sensacional êxito de um livro com o título *Deutschland schafft sich ab. Wie wir unser Land aufs Spiel setzen* («A Alemanha está a anular-se. Como arriscamos o futuro do nosso país») é sintomático do estado de espírito que se faz sentir actualmente na Alemanha. Só nos três primeiros meses que se seguiram à sua publicação o livro de Thilo Sarrazin, um antigo alto funcionário e político, vendeu um milhão e meio de exemplares. Provavelmente, não terá sido lido com o devido rigor, mas a discussão que gerou foi intensa e animada. Salpicado de tabelas e estatísticas, o livro pretende provar que a Alemanha está a extinguir-se, que se está a entregar, isto é, a estrangeirar, a perder a sua identidade e a sua soberania, porque os «estúpidos muçulmanos» têm mais filhos do que os «esper-tos alemães». O livro pertence ao género da literatura do declínio, que Tácito fundou com a sua indignada repreensão dirigida aos romanos decadentes e que na Alemanha produziu, com a *Decadência do Ocidente* de Oswald Spengler, uma obra emblemática do pessimismo cultural. No entanto, o livro de Sarrazin, tão entusiasticamente aclamado pelos chamados críticos do Islão, não argumenta ao alto nível da filosofia social, como o fez anteriormente Oswald Spengler. Sarrazin vive da ideia fixa de que os problemas realmente existentes relacionados com o relativo insucesso da integração podem ser resolvidos recorrendo a manipulações

---

\* Historiador. Foi director do Centro de Investigação sobre Anti-semitismo da Technische Universität Berlin até 2011.

sociopolíticas. Na verdade, o que ele pretende até é menos a integração do que a exclusão de uma minoria indesejada, que deve ser domada com cortes nas prestações sociais e outras medidas do género. O livro aproveita-se de medos disseminados na sociedade maioritária: o antiquíssimo receio de uma perda de identidade nacional, devido à pressão exercida por minorias estrangeiras, receio esse que se manifesta em xenofobia e que produziu um racismo cultural dirigido contra essas minorias indesejadas. Como forma de defesa contra o perigo que pretensamente ameaça o Ocidente por parte do Oriente, vem-se recorrendo ultimamente a uma nova metáfora. Vem-se falando, desde há algum tempo, da cultura judaico-cristã, exaltada como herança europeia comum. A fórmula é nova. Ela aproveita-se do elemento judaico para a defesa contra o Islão, e quem a utiliza devia, no fundo, questionar-se sobre se está a ser apenas ingenuamente ignorante ou se está simplesmente a instrumentalizar os judeus. Afinal, a exclusão, a perseguição e o assassinio de seis milhões de judeus sob a égide da ideologia nacional-socialista alemã foi uma realidade há apenas poucas décadas, enquanto a história que antecedeu o holocausto, o ódio aos judeus na Europa, em todas as suas vertentes religiosas, racistas, culturais e políticas, é um facto que durou séculos. A referência a uma cultura judaico-cristã comum parece bem ousada, e além disso não é sinal nenhum de tolerância aproveitar uma minoria para discriminar uma outra. Ou, por outras palavras: nós na Alemanha estamos muito orgulhosos da nossa cultura da memória, do facto de termos aprendido algo, depois do pavoroso genocídio cometido contra os judeus. Mas não teríamos aprendido nada se agora começássemos a discriminar uma outra minoria com métodos provavelmente semelhantes àqueles com que os judeus foram, na altura, discriminados.

Se é certo que um inquérito revela que oitenta por cento dos alemães consideram o Islão uma «religião fanática e violenta», essa conclusão não se baseia num confronto sério com conteúdos e doutrinas, nem num conhecimento do Alcorão e da Suna, nem no estudo da história e da cultura do Islão. Pelo contrário, o inquérito espelha antes o medo e a aversão, estimulados por profundos ressentimentos com uma longa tradição. A percepção estereotipada da outra cultura fundamenta-se em conotações e associações transmitidas que constituem núcleos da argumentação no discurso sobre o Islão e que não necessitam de ser questionados, porque são partes constituintes de um «saber» transmitido e assumido como sendo evidente e indiscutível.

O perigo de uma «islamização da Europa», actualmente conjurado com muito mais paixão do que conhecimento objectivo, tem vindo a ser discutido nos debates sobre a obrigatoriedade ou não obrigatoriedade de as mulheres muçulmanas cobrirem a cabeça, articulado no desejo de proibição dos minaretes

e exteriorizado através das tiradas repletas de ódio que têm vindo a lume na esfera dos *bloggers* na Internet, baseando-se em padrões de interpretação seculares. Desde a Idade Média, a hostilidade contra o Islão argumenta com teses de defesa primárias, que, através de uma polémica contra o Alcorão segundo o padrão de denúncia do Talmude, denunciam a religião e a cultura do Islão como inumanas, atribuindo indistintamente a todos os muçulmanos, através de postulados culturais racistas, qualidades negativas. O actual «discurso crítico contra o Islão» na Alemanha apresenta inúmeros aspectos xenófobos, exorciza profundos medos de perda de identidade e argumenta invariavelmente com preconceitos religiosos e reservas religiosas que, por estranho que pareça, continuam a ser apresentados com a maior das seriedades e absoluta convicção nas sociedades secularizadas da Europa, como é o caso da Alemanha. As ideias do despotismo (começando na própria família muçulmana), tal como a ideia da disponibilidade para a violência ou a da falta de interesse pela cultura entre os muçulmanos, têm uma origem remota e têm vindo a ser reforçadas por referências ao actual terrorismo praticado pelos islamitas e ao regime de injustiça no Irão, completamente desacreditado devido à repressão interna e às ameaças externas.

A estratégia deste discurso de hostilização pretende apresentar o Islão como uma unidade religiosa, cultural e, acima de tudo, política, da qual o terror islamita é um fenómeno típico. Nesse contexto, torna-se fácil instrumentalizar as tradições da percepção do Islão. Já no século XIX surgem paralelismos e sobreposições, tanto na história do Orientalismo como na do Judaísmo. A função paradigmática de ambas as disciplinas científicas politizou-se no discurso em torno da emancipação dos judeus e da imagem do Oriente. Foi então que a «Ciência do Judaísmo» surgiu como nova disciplina, seguida pela «Ciência do Islão», se bem que só no século XX ambas tenham adquirido um estatuto académico. No entanto, foi no Orientalismo e no Anti-semitismo do século XIX que se desenvolveram conceitos ou ideias preconcebidas de um inimigo (*Feindbilder*) que historicamente se tornaram virulentas enquanto pretenso dualismo antagonico entre semitas e arianos. Evidentemente, enquanto grupos étnicos, há tão poucos semitas como há arianos. Ao nacionalismo racista do debate da identidade alemã, que culminou com a polémica do anti-semitismo em 1879, seguiu-se a demencial campanha de extermínio dos nacional-socialistas contra a população judaica europeia – acompanhada a um nível argumentativo por ressentimentos axiomáticos enquanto fundamentação ideológica. Existem paralelismos no debate acerca da integração, na referência a um Oriente construído ou no debate da emancipação do século XIX.

Na Europa, a percepção das outras culturas e as animosidades (*ressentiments*) daí resultantes verificam-se já na Idade Média. Viajantes, diplomatas,

comerciantes e intelectuais confrontaram-se com a diversidade e com as características dos outros povos e documentaram as suas observações e impressões. No século XIII, o cristão veneziano Marco Polo descreveu as suas experiências de viagens, ao passo que no século XIV foi o jurista muçulmano marroquino Ibn Battuta que assumiu essa função. Antes destes dois – os mais famosos viajantes e investigadores da Idade Média tardia –, já outros o haviam feito: o clérigo católico Burchard de Estrasburgo, enviado em 1175 pelo imperador Frederico I numa missão diplomática ao Egipto, onde se encontrava a corte do sultão Saladino, e Ibn Dschubair, o secretário do governador mouro de Granada, que em 1183 iniciou a sua *hajj* a Meca, ocasião que o pôs em contacto com os cristãos que viviam no Mediterrâneo. Os relatos desses viajantes medievais acabaram por influenciar precocemente e de uma forma duradoura – talvez mesmo até aos nossos dias – as imagens das respectivas outras culturas. Num dos seus relatos, Burchard resumiu, de uma forma perfeitamente sucinta, a impressão adquirida nas suas viagens pelo mundo muçulmano, sintetizando-a num ressentimento cristão e religioso: «Eles vivem e reinam com o Demónio para toda a Eternidade. Ámen.» Também Ibn Dschubair faz um resumo bastante reservado das suas observações sobre a convivência entre muçulmanos e cristãos. Se bem que se mostre interessado e bem mais benevolente para com muitos dos aspectos do ritual cristão e da atitude cristã que pôde presenciar, a sua concepção do mundo (*Weltbild*) permanece hermética, à semelhança da do seu homólogo cristão Burchard; para ele a outra cultura representa, apesar de todos os aspectos positivos que nela consegue encontrar, acima de tudo uma tentação a que tem de resistir. A concepção do mundo do início da Idade Média não apresenta ainda as características de abertura da Modernidade e tende sempre a fixar os aspectos do «estranho» e do «inimigo», em vez de contribuir para que estes sejam revistos ou ultrapassados.

No dia 27 de Novembro de 1095 o papa Urbano II dirigiu-se à cristandade católica, apelando à guerra santa contra os seljúcidas turcos, que dominavam quase toda a Ásia Menor e impediam as peregrinações a Jerusalém. A Palestina, a «Terra Santa», pertencia desde o século VII ao círculo cultural muçulmano, se bem que o domínio dos califas abássidas permitisse as peregrinações vindas do Ocidente. Na realidade, o papa Urbano II não tinha apenas motivos religiosos quando propagou a cruzada. Num contexto de estagnação das negociações com Bizâncio tendentes a uma unificação, Urbano II pretendia assegurar politicamente, com a libertação da «Terra Santa» pelos exércitos ocidentais, a sua dominância sobre a igreja oriental.

As guerras santas são travadas por uma ideia religiosa, como cumprimento de um mandamento divino, para defender a observância certa na fé e para

proteger ou recuperar lugares sagrados. A cruzada a que o papa Urbano II apelou em 1095, e que viria a ser a primeira das sete guerras santas que a cristandade latina iria travar contra o Islão, foi justificada pela dor provocada pelo domínio dos infiéis. Literalmente: «A Palestina e Jerusalém estão nas mãos dos inimigos!», clamou o papa perante a enorme multidão cada vez mais agitada no seu fervor religioso que se reuniu no Concílio de Clermont. «E esta cidade, a Pátria de Jesus Cristo, o berço da nossa salvação, já não participa na redenção! No templo do qual Jesus expulsou os vendilhões para que o santuário não fosse conspurcado, é agora publicamente pregada a doutrina do Demónio.»

O apelo para reconquistar a «Terra Santa» para a cristandade e libertar os cristãos do Oriente da opressão exercida pelos infiéis transformou e ideia da cruzada num vasto movimento da Alta Idade Média, com inúmeros e variados efeitos até ao século XIII. Uma primeira consequência foram as perseguições (*pogroms*) aos judeus desencadeadas em 1096 no Sul da Alemanha e na região do Reno por multidões fanatizadas. Comandadas por pregadores e profetas, essas massas populares tinham-se mobilizado entre os séquitos dos exércitos da nobreza, na esperança de poderem minorar a sua miséria social sob a égide da ideia da cruzada. Para isso, eram necessários inimigos e imagens (*Feindbilder*) que cristalizassem e desencadeassem esse potencial de agressividade. Os judeus de Worms, Speyer, Mainz e de outras localidades eram presas fáceis: também eles eram infiéis, além de serem fáceis de alcançar e de os seus pertences constituírem um chamariz oportuno.

Os catastróficos insucessos da guerra santa contra os infiéis pouco prejudicaram a ideologia da cruzada. Na realidade, ela até floresceu no Renascimento, tendo tido um ponto alto durante o pontificado de Pio II, que se evidenciou como propagandista eloquente, tanto no âmbito político como no literário. Foi também durante o papado de Pio II – a 29 de Maio de 1453 – que ocorreu a conquista de Constantinopla, a «segunda Roma», pelos turcos muçulmanos, um acontecimento sentido pelos cristãos do Ocidente como uma verdadeira catástrofe política e cultural. A queda de Bizâncio transformou-se num choque cultural e num duradouro cenário de ameaças para o Ocidente. Inúmeros tratados conjuraram o perigo turco, abrindo os precedentes para um sem-número de disseminadas e persistentes associações negativas em relação ao Islão.

Na verdade, a ameaça militar existiu de facto e o ímpeto expansionista do império otomano só pôde ser travado às portas de Viena. A cidade situada nas margens do Danúbio foi sitiada pelos turcos, pela primeira vez, em 1529 e em 1683, pela segunda vez. Com o seu avanço até às portas da residência do estado dos Habsburgos, a ameaça turca teve um ponto de cristalização que se fez

sentir ao longo de séculos. Para referir um exemplo actual: um artigo publicado na *Deutsche Stimme* («Voz Alemã»), o jornal do NPD, o partido nacional-democrata alemão da extrema-direita, veio confirmar isso mesmo na Primavera de 2010. Recorrendo a uma vasta gama de expressões violentas, estatísticas e estimulação de medos, pratica-se nele uma despudorada incitação à violência contra o Islão. O título transmite simultaneamente a mensagem: «Que o solo alemão nunca caia em mãos muçulmanas!» (*Niemals deutsches Land in Moslemhand*). O artigo termina com uma constatação: «Na Europa Central o Islão representa o corpo estranho de uma religião agressora que não deve ser encarado com falsa tolerância. As vitórias alcançadas sobre os turcos às portas de Viena em 1529 e 1683 não podem ter sido em vão.»

O carácter das fobias enquanto construções psíquicas torna-se claro ao analisarmos outras analogias mais antigas da rejeição do Islão. Assim, a nova religião foi inicialmente vista no Ocidente como uma seita da odiada igreja oriental, tendo o seu profeta Maomé sido difamado e caluniado como monstro e malfeitor capaz de actos de suma brutalidade, que pretensamente nascera como cristão, filho de pai gentio e de mãe judia. Foi essa a visão do influente jesuíta Horácio Tursellini, que, sob o ponto de vista teológico, chegou mesmo a equiparar Maomé a Martinho Lutero: para ele, ambos foram heréticos, e as suas respectivas proveniências étnicas pareciam-lhe, de certa forma, relacionadas. Tanto os «turcos» como os «alemães» constituíam para o jesuíta italiano como que o chão onde se desenvolviam as raízes da heresia. O profeta Maomé foi estilizado como um precursor do reformador Lutero, e as características da proveniência obscura e da falência mental, que incluía a suposição de epilepsia, mantiveram-se até aos nossos dias como reconhecidos métodos de difamação do fundador da religião e, concomitantemente, da própria religião islâmica. Não é de espantar portanto que Susanne Winter, presidente e candidata a cabeça de lista do partido da liberdade austríaco, tenha recorrido uma vez mais aos estereótipos medievais quando, durante a recepção de ano novo de 2008 do seu partido, o FPÖ, julgou ter de difamar o profeta Maomé para se apresentar como inimiga do Islão de cariz populista de direita. Segundo Winter, o profeta teria escrito o Alcorão no seguimento de uma série de ataques epilépticos, e as inspirações e revelações divinas teriam sido fruto de alucinações, pelo que os adeptos do Islão seguiriam a heresia de um possuído.

Um outro exemplo histórico: a *Allgemeine Realencyclopädie* («Enciclopédia Geral Real») de doze tomos, editada entre 1846 e 1850 em Regensburgo por um «grémio de eruditos católicos» e projectada como «uma enciclopédia [*Conversationslexicon*] para a Alemanha católica», resume da seguinte maneira as opiniões sobre o Islão então generalizadas no artigo dedicado ao «maometanismo»:

Assim como a rápida e vasta difusão do maometanismo se pode facilmente explicar devido à força das armas e às circunstâncias extraordinariamente favoráveis, também se pode dizer que a religião de Maomé não contém em si nenhum elemento capaz de impelir os povos para uma qualquer nova e mais elevada evolução. A constituição manteve-se despótica; o objectivo do povo permaneceu o prazer dos sentidos numa letárgica entrega, assim que a excitação do corpo se dissipava; qualquer forma de instrução mais elevada era mesmo directamente cerceada pelo Alcorão. E quando, não obstante, durante o califado dos Abássidas, que se sobrepujaram aos Omeiades, se manifestou gradualmente entre os árabes o desejo de uma cultura espiritual mais elevada, essa evolução teve, no fundo, de processar-se por trás das costas do Alcorão, e mesmo assim mais não fez do que traduzir e comentar os gregos, nomeadamente Aristóteles. Só na arquitectura é que os «maometanos» conseguiram desenvolver algo de relativamente novo, muito embora também aqui o estilo das mesquitas, as únicas que de certo modo poderão corresponder às exigências da arte, não passe de uma imitação das igrejas bizantinas. Apesar de tudo, não se pode negar que o próprio «maometanismo» seja um meio nas mãos de Deus para que os povos do Oriente, que ainda não lograram converter-se ao cristianismo, possam escapar à total perdição, até ao momento em que Este lhes seja transmitido uma segunda vez.

Esta argumentação baseia-se na fundamental autoconfiança da religião cristã, cuja convicção de que só ela se encontra na posse da única e exclusiva Graça capaz de conceder a bênção divina é inabalável. Simultaneamente, os estereótipos do atraso – o despotismo, a ausência de cultura, a incapacidade para a arte e para a ciência – foram sendo permanentemente conotados com o Islão. Todas essas manifestações retrógradas seriam imanentes ao próprio sistema e, de uma forma polémica e subliminar, atribuídas ao próprio Alcorão. Depois, até era com alguma confiança que, no contexto da ideia missionária cristã, se encarava a futura redenção dos muçulmanos.

As cruzadas, e com elas a percepção negativa do Oriente islâmico, mantiveram-se presentes até ao século XIX como narrativas de mestre sobre a ameaça e a salvação do Ocidente. Uma imagem do Islão caracterizada por um atraso cultural e político, intimamente ligado a uma inferioridade moral e intelectual dos «orientais» é-nos também transmitida pelos romances do escritor de viagens e aventuras alemão Karl May, que continua a ser muito lido. Nas figuras do herói Kara ben Nemi e do seu serviçal árabe Hadschi Halef Omar, é postulada a superioridade do Ocidente sobre o Oriente. Nos seis volumes do seu ciclo do Oriente, escritos durante a década de 80 do século XIX, o narrador completa a imagem de um Levante retrógrado, com fantasias de superioridade colonialistas, com racismo cultural e tiradas contra o Alcorão. A duradoura influência do escritor popular Karl May não deve ser menosprezada e quando, durante a Conferência sobre o Islão, o ministro do Interior alemão declara que a sua imagem do Oriente provém

das suas leituras de juventude, nomeadamente dos romances de Karl May, então pode-se avaliar esta afirmação como uma declaração de falência pessoal ou como a constatação dos duradouros efeitos das imagens do inimigo (*Feindbilder*).

Na Alta Idade Média, os turcos transformaram-se portanto nos inimigos emblemáticos do Ocidente. Na realidade, eles também desempenharam esse papel no contexto da teoria da conspiração do anti-semitismo. Assim, em 1321, no Sul de França, a acusação de envenenamento das fontes pelos judeus surge associada à acusação de que os muçulmanos os teriam instigado a cometer tal crime. Na época da Reforma, entre as mais frequentes acusações de que foram vítimas os judeus, como as de cometerem assassínios rituais, de praticarem sacrilégios com as hóstias e de envenenarem as fontes, contava-se também a de se aliarem ao Diabo e pactuarem com os turcos. Desde a queda de Constantinopla, o «perigo turco» constituiu um tema que, graças ao novo meio da impressão de livros, se tornou rapidamente omnipresente. A imagem do perigo turco era facilmente transmissível. Os cercos de Viena alimentaram os medos históricos dos europeus com consequências duradouras: a actual «crítica do Islão» populista trabalha com os mesmos meios quando prega o ódio contra a cultura estranha e propaga a intolerância.

Os actos de terror do 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, cometidos em nome do Islão, os actos criminosos de activistas fanáticos que se servem abusivamente da religião, as ameaças dos extremistas islâmicos, tudo isso influenciou profundamente na primeira década do nosso século as emoções e a intelectualidade das sociedades democráticas ocidentais.

A imagem do inimigo «Ocidente», propagada por demagogos no círculo cultural árabe e islâmico, encontra uma réplica na imagem do inimigo «Islão», propagada pelos populistas no Ocidente. Ambas obedecem aos mesmos princípios construtivos: as imagens do inimigo (*Feindbilder*) servem disseminadas nostalgias, que anseiam por uma explicação simplista do mundo, adquirida à custa de uma rigorosa distinção entre o Bem (que é sempre o Bem próprio) e o Mal (sempre personificado pelo estranho) e de uma exclusão e atribuição de culpa nela baseada. As imagens do inimigo que invocam um mundo maniqueísta aliviam frustrações políticas e sociais e elevam a auto-estima. As imagens ou ideias preconcebidas do inimigo são produtos da histeria, na medida em que constroem e instrumentalizam imagens deformadas dos outros. Se definirmos a histeria como uma perturbação comportamental largamente disseminada, caracterizada, entre outros aspectos, por impedimentos ou danos ao nível da percepção, por debilidade emocional, por uma tendência para o grande gesto teatral e por uma apresentação egocêntrica, então as fobias contra as outras culturas ou contra as mais



variadas minorias na própria sociedade podem ser claramente explicadas como um reflexo de defesa.

Os elementos constituintes da imagem do inimigo são a generalização e a redução de contextos reais ou supostos, que se transformam em características negativas. Boatos, conteúdos do subconsciente, tradições literárias e populares elevam-se ao nível de «factos» que vivem apenas do acreditar. O exemplo clássico é-nos oferecido pela construção do mais difundido texto anti-semita: *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Surgidos no final do século XIX e publicamente desmascarados como falsificação em todos os seus pormenores, os «protocolos» já prestaram «bons serviços» ao czar russo e ao nacional-socialismo e voltam de novo a ser bem-sucedidos no círculo cultural islâmico. Eles continuam a ser utilizados como arma pela propaganda contra Israel, milhões de pessoas continuam a acreditar na imagem do judeu como encarnação do Mal neste mundo, que nos é sugerida pelos «protocolos».

No entanto, quem, com toda a razão, se indigna com a ignorância dos inimigos dos judeus, então também tem de analisar de uma forma crítica a imagem do inimigo Islão (que por vezes se serve do veículo de um «filo-semitismo» agressivo e artificial). O saber aproveitar de uma forma paradigmática a conclusão tirada da análise do ressentimento anti-semita constitui uma obrigação da ciência, mesmo que certas campanhas pretendam sancionar esta prática como um delito moral (e como pretensa privação de dedicação). A difamação dos muçulmanos enquanto grupo, praticada pelos «críticos do Islão» das mais variadas formas, que oscilam entre o latente e o grosseiro, tem também os seus paralelos históricos – actualmente é com a conotação de extremismo e com o terror que se pretende discriminar, recorrendo à imagem do inimigo, todas as pessoas pertencentes à religião e à cultura islâmica.

Se quiséssemos definir historicamente a comunidade religiosa da Igreja Católica apenas e só através do sofrimento infligido aos «infiéis» pelas cruzadas dos papas na Idade Média, bem como pelo sofrimento causado a infelizes inocentes pela Inquisição e pelos processos contra as bruxas praticados até ao limiar da época moderna, ou, actualmente, através dos abusos cometidos por padres contra menores, então era certo e sabido que seríamos acusados de pretender difamar com más intenções essa mesma Igreja Católica, pois a generalização de abusos lamentáveis constitui uma forma de difamação com o intuito de discriminar. Mas é precisamente com esses métodos que os cada vez mais aplaudidos «críticos do Islão»agem quando conjuram o perigo que vem do Islão.

Na esfera dos *bloggers* na Internet, em que a hostilidade contra o Islão é celebrada de uma forma particularmente desbragada, o assassinio de uma jovem

egípcia numa sala de tribunal de Dresden, ocorrido no Verão de 2009, foi jocosa-mente comentado. Se bem que o acto em si fosse condenável, escreveu alguém, o certo é que «agora há uma máquina islâmica de parir a menos». Um outro *blogger* escreveu que no Alcorão «se exortam, em mais de sessenta suras, os fiéis a matarem os infiéis e os hereges, nomeadamente os judeus e os cristãos». Quem escreve isso e nisso acredita, contra todas as indicações disponíveis sobre o verdadeiro conteúdo do Alcorão, defenderá essa sua convicção de uma forma tão enérgica como o anti-semita empedernido insiste na «evidência» dos conteúdos perversos do Talmude, ou na «veracidade» dos assassínios rituais judeus ou em qualquer outra das suas fantasias demenciais. Um terceiro *blogger* tem como certo «que se está já a trabalhar a todo o gás num projecto que visa a destruição da Alemanha com os meios da migração e da islamização».

As teorias da conspiração têm conjuntura; particularmente apreciada é a ideia (*Konstrukt*) da islamização da Europa, que pretensamente se encontrará já em fase adiantada. Durante muito tempo o discurso sobre o véu e sobre os minaretes como símbolos de uma cultura fundamentalmente rejeitada e estigmatizada como ameaçadora foi conduzido, com toda essa crueza, sob a superfície. Isto é, na esfera dos *bloggers*, onde as regras da decência humana não são válidas. Mas há muito que se regista uma expansão desse discurso. A equiparação de cidadãos alemães de religião muçulmana a terroristas fanatizados obedece a um método, e tem vindo a ser encenada com o apelo aos saudáveis sentimentos populares, à razão da maioria. O discurso simbólico sobre os minaretes é, na verdade, uma campanha contra pessoas que estão a ser discriminadas enquanto membros de um grupo, e isso, na realidade, só pode ser considerado um desafio à tolerância e à democracia.

Tradução de João Manuel Bouza da Costa  
(com o apoio da Fundação Friedrich Ebert/  
Friedrich Ebert Stiftung, Lisboa)

## NOTAS

- <sup>1</sup> *Feindbild*, lit. «imagem do inimigo», no sentido de ideia preconcebida de um inimigo, imagem que cristaliza a hostilidade e os preconceitos em relação a um indivíduo ou a um grupo «estranho». (N. T.)
- <sup>2</sup> Conferência proferida no dia 17 de Novembro de 2010 na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, a convite da Fundação Friedrich Ebert, do Goethe Institut Portugal e do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura.